



B O L E T I M

Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano II - Nº 6. MAR/ABR 2007

Editorial

Segurança Hídrica é um dos temas do boletim, nesta edição. Inevitável então falar da Transposição do Rio São Francisco, apresentada como panacéia, como a solução para a questão da segurança hídrica do semi-árido brasileiro. Será mesmo? Recomenda-se cautela, pois segurança hídrica é pauta para a afirmação de direitos para milhares de trabalhadoras e trabalhadores rurais. A questão abrange mais que o panorama político, pois é a necessidade de vida digna e saudável para inúmeros habitantes do semi-árido brasileiro.

O direito à água é direito de cada cidadã e cidadão brasileiro, e por isso devemos indagar: quais os objetivos da Transposição? Em quê o trabalhador e a trabalhadora rural vão se beneficiar com a Transposição? Quais as alternativas para o acesso à água? Uma delas é o Projeto Um Milhão de Cisternas (P1MC), no qual a criatividade transforma água da chuva em água para o consumo de inúmeras famílias. Essa é uma das muitas alternativas para a convivência com o semi-árido. Para essa reflexão apresentamos o artigo “Mentira de Perna comprida”, além da entrevista com Mardônio Alves sobre o Projeto de Um Milhão de Cisternas (P1MC). Noticiamos violações de direitos através de trabalho escravo, no Maranhão, e ainda ameaça de morte a um líder sindical do Pará, entre outras notícias.

Boa leitura!

Rede de Comercialização do Território de Itaparica

Aconteceu em Paulo Afonso (BA), nos dias 22 e 23 de março, o Encontro da Rede de Comercialização de Itaparica que reuniu mais de 150 pessoas entre representantes de cooperativas, associações, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras e secretarias municipais. O objetivo do encontro organizado pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco) e pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA foi apresentar o estudo sobre as organizações da agricultura familiar e mercados potenciais, e os programas de fortalecimento de organizações ligadas à agricultura familiar.



Encontro da Rede de Comercialização de Itaparica, em Paulo Afonso (BA).

Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA.

Crédito fundiário em região de conflito

O Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CEDAFRA) de Alagoas apresentou em abril um parecer que aponta sete áreas no município de Atalaia, zona da mata alagoana, que estão sendo analisadas para a possível implantação de um programa de crédito fundiário. Essas áreas são reivindicadas historicamente pelos trabalhadores rurais sem terra para que sejam desapropriadas para a Reforma Agrária. Para o MST trata-se de mais um

desrespeito ao acordo firmado entre os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária e os movimentos sociais do campo, o qual estabelece que área em conflito, ocupada e reivindicada pelos trabalhadores não pode ser adquirida pelo crédito fundiário. A região de Atalaia é formada, principalmente, por latifúndios canavieiros e concentra a maior incidência de conflito agrário do estado. Em oito anos foram assassinadas três lideranças rurais na região.

Fonte: MST



João R. Ripper (Imagens da Terra)

Contag reúne coletivos

De 9 a 11 de abril a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag) reuniu em sua sede, em Brasília, representantes de cinco coletivos de federações de todo o País para analisar o trabalho de diferentes comissões e definir estratégias de atuação. A manifestação Grito da Terra Brasil, prevista para maio, e a marcha das Margaridas, que acontecerá em agosto, também foram temas abordados. A reunião contou com a participação do pesquisador Fernando Gaiger, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que falou sobre reforma agrária e política agrícola. Participaram da reunião representantes do Coletivo Nacional de Assalariados e Assalariadas Rurais, do Coletivo de Organização e Formação Sindical, do Coletivo Nacional de Política Agrária e Meio Ambiente, do Coletivo de Política Agrícola e da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, além do presidente da Contag, Manoel dos Santos.

Fonte: Agência Contag de Notícias

Líder ameaçada de morte

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), Maria Ivete Bastos, vem sendo ameaçada de morte por latifundiários e políticos da região. Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria Ivete Bastos está sob proteção do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos desde 16 de março. Maria tem se destacado na resistência contra o processo de grilagem de terras, expulsão de pequenos agricultores e desflorestamento para a plantação de soja naquela região do Pará. Em setembro do ano passado Maria foi homenageada em Nova Delhi, Índia, com o prêmio Mahatma Gandhi, por sua luta sócio-ambiental e por representar o empoderamento das mulheres da Amazônia.

Fonte: Adital e Brasil de Fato

IV Festa Nacional das Sementes Crioulas



De 18 a 22 de abril aconteceu em Anchieta (SC) a IV Festa Nacional das Sementes Crioulas (Fenamic), um dos mais importantes eventos sobre agrobiodiversidade do país. Cerca de 35.000 pessoas estavam presentes, entre trabalhadores rurais de todo Brasil, de países da América Latina, europeus e asiáticos; dirigentes da Via Campesina, deputados, senadores e representantes do governo federal, estadual e municipal. “Queremos também criar um contraponto à agricultura camponesa e ao agronegócio. Vamos mostrar um outro modelo de agricultura, baseado no respeito ao meio ambiente e ao ser humano”, afirmou o coordenador da Fenamic e dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Eloé Schveizier. Durante a festa, que acontece a cada dois anos, foram promovidas exposições de variedades crioulas, comidas típicas e apresentações culturais de todos os estados. O evento é organizado pela Via Campesina, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), Paróquia Santa Lúcia e Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Anchieta (Sintraf).

Fonte: Fenamic e MPA

MST inicia Jornada Nacional de Lutas

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou em abril uma Jornada Nacional de Lutas. A Jornada pretende acelerar o processo da reforma agrária e denunciar o capital estrangeiro, que cada vez mais expulsa os pequenos agricultores de suas terras com a expansão da monocultura de eucalipto e da cana-de-açúcar. Para Edílson Barbosa, da direção nacional do MST no estado de Pernambuco, o principal objetivo da Jornada é reforçar a luta contra a monocultura da cana-de-açúcar que deve aumentar com os recentes acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos para a produção de agro-combustível. O MST também divulgou uma nota declarando-se oficialmente contra a transposição do Rio São Francisco. Segundo Barbosa, o projeto de transposição tem a finalidade de beneficiar apenas os grandes empresários. “Nós achamos que este projeto tem um objetivo claro de fortalecer o agronegócio e empreiteiras. Do ponto de vista ambiental ainda não se sabe o impacto real que pode causar ao Rio São Francisco, uma vez que ele está todo assoreado e sua mata auxiliar está quase toda destruída,” declarou o militante.

Fonte: Radioagência NT

Trabalho escravo no Maranhão

Fiscais do Ministério do Trabalho libertaram, no dia 3 de abril, 59 trabalhadores que atuavam em fazendas de gado no Maranhão e não recebiam salário desde dezembro. Entre eles havia menores de idade e uma mulher grávida. Na fazenda Uberlândia, em Açailândia, foram encontrados 27 trabalhadores instalados em condições precárias. A denúncia contra o fazendeiro Almerindo Nolasco das Neves foi feita pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. Os fiscais encontraram nove espingardas na propriedade, o que demonstra indícios de cerceamento de liberdade. Em depoimento à Polícia Federal, os trabalhadores disseram que eram ameaçados por um segurança, caso tentassem fugir. O fazendeiro Neves pagou R\$ 66 mil de indenização aos empregados, que saíram de outros estados do Nordeste e do próprio Maranhão, e estavam na fazenda desde janeiro sem receber salário. Outros 32 empregados estavam em situação irregular em duas propriedades localizadas em Buriticupu, pertencentes ao fazendeiro José Escócio. Entre eles havia seis mulheres, sendo uma grá-

vida, além de cinco menores de 16 e 17 anos. O fazendeiro teve que pagar aos empregados R\$ 78 mil de indenização. Segundo Gilberto Braga, do Ministério do Trabalho, parte dos trabalhadores das fazendas de José Escócio estava alojada nos depósitos de sacos de sal e dormia em redes por cima das cargas. Não dispunham de instalação sanitária nem de água tratada. Depois de ter a carteira de trabalho assinada, os trabalhadores foram legalmente demitidos e terão direito a três parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, que corresponde a 360 reais. Foi aberto um processo administrativo e o nome dos fazendeiros será incluído no Cadastro de Empregadores, conhecido como lista “suja”, caso seja comprovado que os trabalhadores eram mantidos em condição análoga à escravidão. Esse cadastro já tem 166 nomes. Nos três primeiros meses do ano, em apenas 17 operações de fiscalização, 483 infrações foram executadas e 583 trabalhadores que viviam em condições desumanas foram libertados.

Fonte: Ministério do Trabalho

BOLETIM
Trabalhadores Rurais
& Direitos

Esperamos sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre o boletim.

E-eletrônico para:
trd@koinonia.org.br

Cartas para:
Programa Trabalhadores Rurais e Direitos
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

Transposição: mentira de perna comprida...

Ruben Siqueira e Andrea Zellhuber*

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco voltou ao centro do debate nacional. Ressuscitado no primeiro mandato de Lula, mudou de nome, passou a ser chamado “integração de bacias”, e vem com tudo no segundo. Foram destinados 6,6 bilhões reais do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento para as obras. O bispo dom Luiz Cappio, que fez greve de fome contra o projeto, enviou carta a Lula cobrando o diálogo interrompido com a campanha eleitoral e “esquecido” depois. Movimentos sociais organizam protestos na região e em Brasília. Voltam os discursos a favor e os contra. Mais mentiras que verdades circulando junto com muita desinformação.

A transposição do São Francisco foi inventada em 1847, por Pedro II; voltou à cena durante a ditadura militar e ganhou força nos governos neoliberais de Itamar a Lula. Pode ter ganho sofisticação técnica – o que também é contestável – mas permanece grosseiramente mentirosa na propaganda que pretende justificá-la publicamente. Continua prevalecendo um discurso enganoso que distorce dados sobre a região semi-árida, sobre o rio e sobre o próprio projeto, para manipular a opinião pública em prol dos interesses poderosos e inconfessáveis que estão por trás.

Dado fundamental que, de saída, questiona na raiz o projeto: ele não beneficiará muita gente nem a população que mais sofre com a seca, ao contrário do que dizem os pronunciamentos de seus promotores e defensores. E até será uma carga ainda mais pesada sobre quem já sofre dificuldades de água no semi-árido. É óbvia a falta de informação isenta e fundamentada. O debate não é democrático.

Falas e atitudes recentes revelam que o governo quer impor a transposição, agindo unilateralmente e em total desrespeito ao acordo que pôs fim à greve de fome de dom Luiz Cappio, em novembro de 2005. Fortalecido com a grande votação do Presidente Lula no segundo turno das eleições, o governo não mais quer discutir. Na verdade, nunca pensou em não realizar o projeto.

Na contramão da História, quando o aquecimento global faz temer pelo futuro do planeta, o governo anuncia o PAC (Pacto de Aceleração do Crescimento), eixo do segundo mandato de Lula, voltado para novas e brutais agressões à natureza e às comunidades tradicionais. No PAC a transposição levará mais da metade do orçamento proposto para a infra-estrutura hídrica (12,6 bilhões de reais). Significa uma tal concentração de

investimento público em um único projeto que assim pode ser considerado excludente. Verdade que deveria interessar à opinião pública do Nordeste e de toda nação.

Ainda mais quando o TCU (Tribunal de Contas da União) constatou que os beneficiados não serão os afirmados 12 milhões de nordestinos, mas a metade disso e ainda a depender de outras obras complementares. Concluiu o TCU que nenhum investimento deverá ser feito enquanto o STF (Supremo Tribunal Federal) não decidir finalmente sobre o assunto. O Ministério da Defesa devolveu a verba que tinha sido depositada para o Exército iniciar as obras e disse que vai esperar pela decisão da Justiça.

A questão jurídica em que se tornou a transposição está em fase de solução final no Supremo Tribunal Federal (STF). No derradeiro dia de funcionamento do Judiciário em dezembro de 2006, o Ministro Sepúlveda Pertence suspendeu as liminares contra o projeto. O governo comemorou e ficou martelando que nada mais impedia as obras, só faltando a Licença de Instalação que o IBAMA estaria para dar. Mas o próprio Procurador Geral da República recorreu contra a decisão do Ministro. E os 11 Ministros do STF terão que se pronunciar, decidindo se a transposição pode ou não ser feita.

Mentira cruel

O discurso populista diz que a transposição é para levar água para saciar a sede dos pobres do Nordeste Setentrional – parte norte da região do semi-árido, no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na verdade, esse discurso esconde a intenção de favorecer empresários da construção civil, da irrigação, da exportação de frutas, da carcinicultura (criação de camarão), do pólo siderúrgico-portuário do Pecém (Fortaleza – CE) e das monoculturas para a produção de biocombustíveis. Esses grandes interesses se aliam num poderoso grupo de pressão que atua instalado dentro do Estado brasileiro atravessando sucessivos governos. Obscurecida fica a verdade, admitida no próprio texto do projeto: 70% das águas serão para atividades agrícolas, 26% para uso urbano-industrial e apenas 4% para consumo humano da população das caatingas, em nome da qual se quer justificar a obra.

O discurso oficial precisa martelar o tempo todo que são 12 milhões de beneficiados (em 2025) porque será esta população toda a custear o uso econômico de água tão cara. Hoje



Jorge Aulino Iulimelli

o metro cúbico de água (m³) no pé da planta está em torno de 0,030 centavos no Submédio São Francisco. Na transposição custará entre 0,11 a 0,18 centavos ainda no canal. Estudos da USP - Universidade de São Paulo calculam que poderá custar até 0,48 centavos**. Será o consumidor doméstico, beneficiado ou não com essa água, através do mecanismo de “subsídio cruzado”? Quem vai arcar com esse valor, custeando “democraticamente” os empresários... Um verdadeiro “presente de grego”, que chega a ser cruel com uma população que sofre com a oferta irregular de água. Uma “integração” ainda mais desintegradora, que se vale de um ultrapassado e rançoso discurso regionalista e dos velhos mecanismos da “indústria da seca”.

A solução verdadeira para o déficit hídrico do semi-árido está na direção apontada pelo Atlas Nordeste lançado pela ANA – Agência Nacional de Águas. São localizadas 530 pequenas e descentralizadas obras que resolveriam a falta d’água para consumo humano nos lugares com mais de cinco mil habitantes. A elas se somam as iniciativas desenvolvidas pelas entidades reunidas na ASA – Articulação do Semi-Árido: captação e manejo das águas disponíveis e suficientes na região, através de tecnologias acessíveis e sustentáveis, como as cisternas de placa, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, quintais produtivos, etc., educação e comunicação para a convivência com o semi-árido, tirando proveito do clima. Verdades na contramão dos interesses da transposição...

No momento atual do país, decisivo não só para as populações implicadas em mega-obras como a da transposição, é fundamental que se manifeste a sociedade organizada, comprometida com a verdade e com um verdadeiro desenvolvimento, e confronte um falso “crescimento”. É preciso revelar que a opinião pública regional e nacional está sendo iludida pela propaganda. É necessário democratizar o debate sobre a necessidade ou não da transposição e sobre qual desenvolvimento é viável e desejável para o Nordeste e para o São Francisco. A mentira, de perna curta ou comprida, cedo ou tarde será desmascarada. Só não precisa custar tantos e evitáveis danos econômicos, sociais e ambientais.

* Articulador Geral e Assessora do Projeto da CPT/PPP “Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco”.

** <http://www.projetoabr.com.br/Content.aspx?Id=...>

TRD entrevista Mardônio Alves



Mardônio Alves da Graça, 26 anos, presidente da Coppabacs (Cooperativa de pequenos produtores agrícolas dos bancos comunitários de sementes) e coordenador executivo da Articulação no Semi-árido Brasileiro - ASA,

pelo estado de Alagoas é o entrevistado desta edição. O tema principal é a atuação da Coppabacs no Programa Um Milhão de Cisternas Rurais.

TRD: A Coppabacs é gestora do Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Qual o papel da gestora?

Mardônio: A Coppabacs é Unidade Gestora do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Sua função é animar a mobilização social do programa, mas não somente, também é papel da UGM acompanhar as comissões regionais, municipais, e locais; capacitar os pedreiros, as comissões, administrar os recursos. E ainda é responsável pela execução do programa em 15 municípios.

TRD: E como vocês fazem a mobilização?

Mardônio: A coordenação Executiva celebra os convênios com os financiadores, como Ministério do Desenvolvimento Social, Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Petrobrás, entre outros. E então distribui as cisternas entre onze estados do semi-árido, proporcional ao número de habitantes na zona rural do total de cada estado.

TRD: Desde quando o Programa tem sido realizado em Alagoas? Quais os municípios envolvidos em Alagoas?

Mardônio: Como estava falando antes, a coordenação estadual atualmente é composta por 11 entidades. Distribui as cisternas para os municípios do semi-árido no estado, aqui em Alagoas, são mais de 30 municípios. Os municípios foram divididos em 4 microrregiões e se reúnem mensalmente: o Alto Sertão, Médio Sertão 1, Médio Sertão 2, e Agreste. E, cada município, tem uma comissão a qual chamamos de "Asinha" e é composta por: associações comunitárias, STR (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), Igrejas, Pastorais, Bancos de Sementes e etc.

Os municípios que a Coppabacs atende estão nas microrregiões de Alto Sertão e Médio Sertão. No Alto Sertão os municípios são: Delmiro Gouveia, Piranhas, Olho D'água do Casado, Pariconha, Água Branca, Inhapi, Canapi e Mata grande; e no Médio Sertão 1 os municípios são: Ouro Branco, Maravilha, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, Carneiros, Olivença e Dois Riachos.

TRD: E as outras microrregiões, englobam quais municípios?

Mardônio: No Médio Sertão 2: Jaramataia, Belo Monte, Batalha, Monteirópolis, Pão de Açúcar, Major Isidoro, Olho D'água das Flores, Senador Rui Palmeira e São José da Tapera. E na microrregião do Agreste os municípios são: Cacimbinhas, Minador do Negrão, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Igaci, Estrela de Alagoas, Traipu, Girau do Ponciano, Craíbas e talvez tenha mais um ou dois, que entraram agora como semi-árido. E outra Unidade Gestora o Médio Sertão 2 e o Agreste é a AAGRA - Associação dos Agricultores alternativos de Alagoas.

TRD: Como as famílias são selecionadas?

Mardônio: A comissão municipal é quem define a comunidade a ser definida a partir de alguns critérios pré-estabelecidos, tais como: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), distância das fontes d'água, e da sede do município. Tem também a questão do difícil acesso da água e a participação nas reuniões municipais. Após selecionada a comunidade, a comissão municipal faz uma visita à comunidade e reúne as famílias. A partir daí se cria uma comissão local, apresenta o programa e seus critérios. E remete à comissão local para fazer o diagnóstico das famílias. É marcada uma outra data para fazer a seleção.

BTRD: O que é preciso para ser selecionada?

Mardônio: A seleção é feita com a participação de um agente de campo da UGM e os critérios para selecionar a família são: não ter água encanada, não ser morador de fazenda ou fazendeiro e não ter reservatório de água em casa; a cada criança, de 0 a 6 anos, a família ganha 1 ponto; a cada criança e adolescentes, de 7 a 18 anos, na escola a família ganha 1 ponto; portadores de deficiência de necessidades especiais, a família ganha 1 ponto; famílias com pessoas com 65 anos ou mais, ganham 1 ponto; a família que a mulher é o chefe de família, ganha 2 pontos; a cobertura da casa não pode ser de amianto (telha de Brasilite); e o telhado deve ser igual ou superior a 40m².

Antes da construção das cisternas é feito uma capacitação junto às famílias em gerenciamento de recursos hídricos e cidadania e convivência com o semi-árido.

BTRD: Quais as maiores dificuldades da gestão do P1MC?

Mardônio: As maiores dificuldades estão no campo da gestão dos recursos públicos, pois, a cada ano, aumenta a burocracia. O Programa de Um Milhão Cisterna é um programa que chega a lugares que jamais chegaria um grande projeto. O programa tem muitas particularidades que o sistema de gestão pública não aceita.

Para termos uma idéia, passamos os últimos três meses sem construir uma cisterna! Pois estávamos correndo para nos adaptar, aqui na Coppabacs, ao sistema de compras "pregão". Conseguimos adiar a portaria que o regulamento a partir de maio de 2008, pois o mesmo inviabiliza alguns componentes do programa, como a mobilização, os cursos de GRH (Gestão dos Recursos Hídricos), a entrega de materiais em tempo, e etc.

O mais importante do programa, eu particularmente considero, que é o controle social, a independência do poder público local e a formação com as famílias. Não esquecendo, é claro, da melhoria da qualidade de vida com água de qualidade para as famílias beneficiárias. O P1MC tem muito o que contar! É um exemplo de luta e conquista da sociedade civil organizada, pois foi criado pela ASA (Articulação no semi-árido brasileiro) e só depois apoiado pelo Governo Federal. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso proporcionou um apoio muito tímido e, a partir de 2003, pelo Governo Lula que vestiu a camisa e deu total apoio. Você pode ver os números no sítio da ASA: www.asabrasil.org.br

BTRD: O Programa 1 Milhão de Cisternas é uma política de convivência com o semi-árido. Como você vê esta política?

Mardônio: Sim, pois cisterna é apenas uma ferramenta pedagógica. O principal do programa é levar as comunidades a se organizarem, debaterem seus problemas e buscar políticas públicas. É fazer as famílias a questionarem suas próprias práticas, pois nos Fóruns do programa (sejam as reuniões locais, municipais, microrregionais, encontros estaduais, encontro nacional, grupos de trabalho e encontros temático), são discutidas várias temáticas, como: combate a desertificação e prevenção, preservação da caatinga, criação de pequenos animais; conservação da diversidade genética; recursos hídricos; habitação rural; educação contextualizada; gênero; reforma agrária; agroecologia e transposição das águas do São Francisco. Agora P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), e vários outros temas.

EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

Secretário Executivo de KOINONIA
Rafael Soares de Oliveira

Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e
Direitos e editor do boletim
Jorge Atílio Silva Iulianelli

Assistentes Editoriais
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

Pesquisas

Andréa Carvalho de Oliveira

Redação e Revisão

Helena Costa | Manoela Vianna

Diagramação e Impressão

Editora Fonte Viva



Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016
e-mail: trd@koinonia.org.br
site: www.koinonia.org.br